

FM Resseguros S.A.




**FM Resseguros S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de  
dezembro de 2025**

---

**Relatório da Administração e  
Relatório dos Auditores Independentes**





## Relatório da administração

Aos Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da FM Resseguros S.A., relativas ao exercício findo em 2025, apuradas com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A empresa: A FM Resseguros S.A., constituída em 17 de fevereiro de 2025, foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar resseguros no segmento S3, em todo o território nacional através da Portaria DIORE/SUSEP nº 77, de 2 de setembro de 2025.

A FM Resseguros S.A. ainda não iniciou suas atividades e sua previsão para início no segundo trimestre de 2026.

Agradecimentos: A FM Resseguros S.A. agradece a seus Acionistas e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores o nosso agradecimento e reconhecimento pela dedicação e qualidade dos serviços prestados nesta fase inicial da empresa.

São Paulo, SP, 27 de fevereiro de 2026.

A Diretoria



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**FM Resseguros S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da FM Resseguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício/semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FM Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future  
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.



**Shape the future  
with confidence**

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



**Shape the future  
with confidence**

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-2SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paula Colodete Lucas'.

Paula Colodete Lucas  
Contadora CRC- SP290864/O

FM Resseguros S.A.  
Balanco patrimonial  
31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>77.127</b>			
<b>APLICAÇÕES</b>		<b>76.955</b>			
Aplicações	<b>5</b>	76.955			
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>6</b>	<b>172</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7</b>	<b>77.127</b>
Créditos tributários e previdenciários		172	Capital Social		75.000
			Reserva Legal		106
			Reserva de Lucros		2.021
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>77.127</b>	<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>77.127</b>


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FM RESSEGUROS S.A.  
Demonstrações do resultado  
31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais)

31/12/2025

<b>(-) Despesas Administrativas</b>	<b>(170)</b>
(-) Serviços de Terceiros	(160)
(-) Honorários com serviços de terceiros	(88)
(-) Licenciamento de software	(71)
(-) Localização e Funcionamento	(1)
(-) Publicidade e Propaganda	(10)
<b>(-) Despesas com Tributos</b>	<b>(115)</b>
(-) Taxa de Fiscalização	(115)
<b>(+) Resultado Financeiro</b>	<b>2.986</b>
(+) Receitas Financeiras	3.151
(-) Despesas Financeiras	(165)
<b>(=) Resultado Operacional</b>	<b>2.700</b>
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>2.700</b>
<b>(-) Impostos sobre o resultado</b>	<b>(573)</b>
(-) Imposto de Renda	(418)
(-) Contribuição Social	(155)
<b>(=) Lucro/Prejuízo</b>	<b>2.127</b>
(/) Quantidade de ações	75.000.000
(=) Lucro líquido por ação (R\$)	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FM RESSEGUROS S.A.  
Demonstrações do resultado abrangente  
31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>31/12/2025</b>
<b>(=) Lucro do Exercício</b>	<b>2.127</b>
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>2.127</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FM RESSEGUROS S.A.  
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
 31 de dezembro de 2025  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros		
AGT Portaria DIORE/SUSEP 77	75,000	-	-	-	75,000
Lucro acumulados	-	-	-	2,127	2,127
Destinação do lucro	-	106	2,021	(2,127)	-
SALDOS EM 31 de dezembro de 2025	75,000	106	2,021	-	77,127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FM RESSEGUROS S.A.  
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto  
31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Atividades operacionais</b>	<b>31/12/2025</b>
Lucro líquido do exercício	2.127
<b>Variações nas contas patrimoniais:</b>	
Ativos Financeiros	(76.382)
Impostos e Contribuições	(172)
Impostos a recolher	573
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS OPERAÇÕES</b>	<b>(74.427)</b>
Impostos sobre Lucros Pagos	(573)
<b>Subtotal</b>	<b>(573)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(75.000)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>	
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	75.000
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>	<b>75.000</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A empresa FM RESSEGUROS S.A. (Companhia, Resseguradora), uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em São Paulo, SP, originalmente autorizada a operar com Resseguros em todo o território nacional através da Portaria DIORE/SUSEP nº 77 de 2 de setembro de 2025. A FM RESSEGUROS S.A., tem por objeto social as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 e alterações posteriores, ainda não iniciou suas atividades e sua previsão para início é o primeiro trimestre de 2026. Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelos órgãos de governança em 27 de fevereiro de 2026.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Resseguradora, conforme legislação em vigor.

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep n.º 648/2021 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício em 28 de fevereiro de 2026.

2.2 Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo;

2.3 Continuidade: Os objetivos da Resseguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Resseguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Resseguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Resseguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Resseguradora devem sempre estar atentos a tais exigências.

2.4 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Resseguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras, arredondado em milhares, exceto quando indicado de outra forma. A

Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

2.5 Segregação entre circulante e não circulante: A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Resseguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

2.6 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Resseguradora:

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) mas não estão em vigor para o exercício de 2025, para as empresas Resseguradoras pois não foram aprovadas pela Susep.

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Todavia, a administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.

IFRS 17 - "Contratos de Seguros": O IFRS 17 – "Contratos de Seguros": foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, porém a Susep ainda não aprovou este pronunciamento. A Resseguradora está avaliando os impactos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Resseguradora.

3. Resumo das principais práticas contábeis:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2 Ativos financeiros: Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e recebíveis.

3.3 Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

3.4 Contas a pagar: As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.5 Benefícios a empregados: Ao fim do exercício de 2025, a companhia não apresentava registro de colaboradores no seu quadro de funcionários, sendo assim, ela não aplicou o CPC 33 no que tange o programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo.

3.6 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31/12/2025 a Resseguradora não possui processos contingentes em andamento.

3.7 Reconhecimento de receitas e despesas: As demonstrações contábeis são preparadas conforme o regime contábil de competência. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem e são contabilizados e reportados nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem.

3.8 Receitas de juros: As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "*impairment*", a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3.9 Principais Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis:

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

## • Nota 6 - Aplicações

3.10 Circulante e não Circulante: As contas do circulante são compostas por ativo e passivo que reúne valores esperados a serem realizados ou liquidados (pagos) em até doze meses após a data-base das demonstrações contábeis, ou seja, no grupo circulante são registrados direitos no curso do exercício social subsequente e as obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte de acordo com sua natureza.

4. Gerenciamento de riscos: A Resseguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de resseguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Resseguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Resseguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Resseguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Resseguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

4.1 Gerenciamento de risco de subscrição: O risco de subscrição é definido como o risco de perda devido a premissas inadequadas nas precificações e provisões, gerando custos com pagamentos de sinistros maiores do que as expectativas da Companhia. São componentes significativos do risco de subscrição os prêmios e as provisões técnicas. Estes componentes integram o capital de risco de subscrição, calculado a partir de fatores padrões de riscos definidos pela SUSEP. O risco do prêmio é o risco de pagamentos de sinistros que ainda não ocorreram serem maiores do que os valores esperados. Já o risco de provisões técnicas consiste no risco de as provisões técnicas serem insuficientes para fazer frente aos passivos a serem pagos pela Companhia. A evolução dos riscos é acompanhada constantemente pela Companhia, bem como a adequação das premissas atuariais utilizadas para o cálculo das provisões técnicas, visando cumprir com os compromissos assumidos, a qualquer tempo. A Companhia calcula as provisões técnicas em atendimento às determinações da SUSEP.

4.2 Gerenciamento de risco de créditos: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que o limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Resseguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

4.3 Gerenciamento de risco de liquidez: A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Resseguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. A tabela abaixo analisa os passivos e ativos financeiros da Resseguradora por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, bem como a suficiência destes:

	31/12/25
	Menos de um ano
Aplicações (CDB Nível II)	76.955
Total	76.955

4.4 Gerenciamento de mercado: O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Resseguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).

4.5 Gerenciamento de risco operacional: Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Resseguradora não registrou perdas.

4.6 Gestão de risco de capital: As Resseguradoras devem executar suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Resseguradora está sendo apresentado na nota 10.

## 5. Aplicações

A companhia em 31/12/2025, não apresentava saldo em Títulos (Aplicações) – vinculadas junto à CETIP, uma vez que ela foi recém-constituída e está em fase de abertura das contas nas respectivas câmaras de custódias.

	31/12/2025
Outras aplicações não vinculadas à cobertura de Reservas Técnicas (CDB Nível II)	76.955
Total Aplicações	76.955

## 6. Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2025
Créditos de Imposto de Renda	172
Créditos de Contribuição Social	-

## 7. Patrimônio líquido:

a) Capital social: Em 18 de julho de 2025, foi alterado o contrato social da sociedade, com a conversão da totalidade das 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de cotas, que se encontravam integralmente subscritas e integralizadas, em 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações nominativas, sem valor nominal, na proporção de 1:1, ou seja, cada cota existente foi convertida em uma ação ordinária da companhia. A composição acionária da Resseguradora ficou constituída da seguinte forma:

Acionista	Participação	Ações
Factory Mutual Insurance Company	99,999%	74.999.000
FMIC Holdings, Inc.	0,001%	1.000
TOTAL	100%	75.000.000

b) Dividendos: Após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente poderá ser distribuído proporcionalmente entre os sócios, ou, destinado total ou parcialmente, à constituição de reservas, conforme deliberação dos sócios.

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social.

d) Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital: Nos termos da Resolução CNSP nº 648/21, as sociedades Resseguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Resseguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. A sociedade segue os prazos estabelecidos na legislação específica para cálculo deste último;

O lucro do exercício foi destinado em 5% para a reserva legal e o restante para a reserva de lucros, conforme aprovado em reunião do Comitê Executivo, em 27 de fevereiro de 2026.

i. Para fins de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido, em 31 de dezembro de 2025 seguindo a Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, foram realizados os ajustes de qualidade do CMR com 3 níveis de PLA conforme critérios abaixo:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Os valores apurados são:

	31/12/25
Patrimônio líquido Ajustado	<u>77.127</u>
Capital base (I)	<u>60.000</u>
Capital de Risco (II)	<u>-</u>
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)	<u>60.000</u>
Suficiência de PLA	<u>17.127</u>
% Suficiência de PLA	28,5%
Cobertura CMR (NÍVEL 1) (mínimo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 1)	100%
Cobertura do CMR (NÍVEIS 2 e 3) (máximo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 2 e 3)	0%
Cobertura do CMR (NÍVEL 3) (máximo 15% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 3)	0%

8. Eventos subsequentes:

Não foram identificadas pela Administração eventos subsequentes que mereçam divulgação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Daniel Patavina Mazzi

Priscila Costa Russo

Douglas Rogério Denti

CONTADOR RESPONSÁVEL

Douglas Rogério Denti – CRC-1SP205312-O/0